

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 247. A PROPÓSITO DE UMA OPERETA

A apreciada - e curiosa! - seção em que "O Estado de S. Paulo", diariamente, evoca ocorrência de há cem anos, registrou, não faz muito, algo que me pareceu significativo. A parte de propaganda, colocada sempre ao pé do espaço reservado para a seção, informava apenas "Os sinos de Corneville", acrescentando "horário e preços do costume", dando a entender com isto uma certa freqüência na representação, há um século, em São Paulo, de uma famosa opereta, cujo título, entretanto, pouco diz aos de hoje. "Les cloches de Corneville", estreada em Paris a 19 de abril de 1877, é certamente a obra mais importante (pelo menos a que se tornou mais conhecida) do compositor francês Robert Planquette, que viveu entre 1848 e 1903.

Os franceses, como os ingleses, não gostam do termo "opereta". Preferem dizer "opera-comique", como na Inglaterra se diz "light opera", isto é, "ópera ligeira". Porventura não serão as operetas os exemplos mais expressivos tanto da ópera cômica como da ópera ligeira? Questão de nome, tendo em vista, sobretudo, que o termo "opereta", que surge mais para o fim do século passado (e notadamente em Viena), acabou sendo empregado com freqüência entre nós.

Enfim, "ópera cômica" ou "opereta", o que parece certo é que o repertório francês desse gênero tornou-se conhecido no Brasil. E assim como a obra de Planquette (que motivou esta nota), também as de Lecocq ("La fille de Madame Angot"), Massé ("Les noces de Jeannette"), Audran

("La Mascotte"), Offenbach ("Orfeu no inferno"), para citar apenas os autores mais conhecidos.

E já no início deste século, aparecem as operetas italianas (Mário Costa, Ranzato), as austríacas ("O Barão cigano", do segundo João Strauss), "A viuva alegre", de Franz Lehar; "O vendedor de pássaros", de Zeller, cuja famosa valsa "Quando vovó tinha vinte anos" era assobiada por todo mundo nos meus tempos de menino. Só não tiveram muita vez entre nós as "zarzuelas" espanholas e, menos ainda, as "light operas" inglesas de Sullivan. Para estas, tenho uma explicação: são inglesas demais... dificilmente alguém que não tenha familiaridade com a vida e os costumes ingleses poderá apreciá-las; poderá, isto sim, apreciar a beleza de suas melodias, mas ópera não deve ser só música; o texto também é muito importante para a compreensão delas.

O que venho de indicar basta para mostrar o que a muita gente poderá parecer estranho: a universalidade da opereta. Para muitos, o gênero ficou associado a Viena, graças à obra genial do segundo Strauss (1825-1899), cuja produção faz até hoje as delícias da bela cidade do Danúbio: "O Morcego", "O Barão Cigano", "Sangue Vienense", "Uma noite em Veneza"... E quando não é Strauss, é Lehar, cuja "Viúva Alegre", representada pela primeira vez em 1900, tornou-se a mais divulgada de todas as operetas, suplantando as do próprio Strauss. Lehar era húngaro, mas de formação vienense e os próprios vienenses consideram-no o legítimo sucessor do grande autor de "O Morcego". Também de Lehar são "O País dos sorrisos", "O Filho do Czar", "Judite", "Amor Cigano" e "O Conde de Luxemburgo". Lehar viveu entre 1870 e 1951. Também húngaro era Kalmann (1883-1953), que deixou duas operetas famosas, "Condessa Maritza" e "A Princesa das Czardas", ambas aproveitadas pelo cinema.

O assunto nos levaria longe e ultrapassaria o espaço que me é concedido. Lembraria, para terminar, que, no Brasil, infelizmente, as operetas passaram de moda. Com uma vivência lírica de 60 anos, nunca tive o prazer de ver a encenação de uma sequer das operetas que mencionei. Apenas tenho o privilégio de conhecê-las todas em gravações. E quanto aos "Sinos de Corneville", creio que ficaram na notícia de há cem anos, desenterrada pelo "Estado". Nunca mais se falou na grande obra de Planquette. 18-4-1992.

## 248. EZEQUIEL FREIRE

Efeméride das mais significativas ocorridas no ano passado foi a que assinalou o centenário da morte de Ezequiel Freire, poeta e jornalista, patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras. Esta simples circunstância demonstra o alto conceito em que era tido, na época (1909), este fluminense de Resende, que viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, dedicando-se ao jornalismo, ao ministério público e terminando seus dias como professor do Curso Anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Vida, aliás, bastante curta, pois faleceu com apenas 41 anos, em Caçapava, onde se encontrava a passeio.

O curioso a observar, no caso, é o contraste entre os dois centenários relativos à sua existência. O de seu nascimento, em 1950, foi assinalado com a publicação de um volume especial da conceituada "Revista do Arquivo Municipal", que então se publicava com muita regularidade. Volume de quase duzentas páginas com numerosos escritos de e sobre Ezequiel Freire e, ainda, a reprodução integral de seu único livro - **Flores do Campo** - publicado em 1874, sem que fizesse jus a alguma reedição, a não ser esta, do centenário. O precioso volume, hoje bastante raro, encerra, além da reedição do livro, diversos escritos avulsos de Ezequiel Freire. A assinalar, como de excepcional valor, o prefácio de Wenceslau de Queiroz.

Já o segundo centenário alusivo ao poeta e jornalista (o de sua morte) passou em "branca nuvem", sem que a imprensa dele se ocupasse. Fiquei sabendo que o Acadêmico Hernani Donato, que ocupa atualmente na Academia Paulista de Letras a Cadeira nº 20, que tem Ezequiel Freire como patrono, ocupou-se dele numa das sessões vizinhas da comemoração da efeméride e o mesmo fez, embora um tanto tardiamente, o rabiscador destas linhas. Mas, fora da Academia, ninguém mais ficou sabendo quem foi Ezequiel Freire. Uma rua em São Paulo com o seu nome, procura resgatar a memória do poeta.

Trata-se, no entanto, de "um dos mais belos espíritos que o Brasil literário tem produzido", como dele escreveu Wenceslau de Queirós. Autêntico e espontâneo escritor, tanto na prosa como no verso manifestou sempre um profundo senso de nosso meio e um intrépido amor às nossas realidades. Pelo colorido de sua capacidade descritiva e pela beleza de sua forma literária, suas produções marcaram época. Em vida, publicou apenas **Flores do Campo**, mas, após seu falecimento, alguns amigos reuniram em volume muitos dos seus escritos que ficaram dispersos pela imprensa. Surgiu, assim, o **Livro Póstumo** contendo crônicas, contos e críticas, que

Wenceslau de Queirós prefaciou com aquele carinho que sempre demonstrou pelo poeta.

Voltando ao volume especial da “Revista do Arquivo Municipal” (nº 131, de fevereiro de 1950), a que de início me referi, convém registrar, dado o difícil acesso a ele para os de hoje, que, além da reprodução integral de **Flores do Campo**, reúne mais três trabalhos em prosa de Ezequiel Freire: “Pedro Gobá”, subtulado “episódio da vida rural”, de 1887; “Poesia brasileira”, de 1886; e “Pro Domo Mea”, também de 1887. E ainda “Uma ressurreição literária”, artigo de Hilário Freire sobre o **Livro Póstumo**, o já mencionado prefácio de Wenceslau de Queiroz, e algumas páginas de circunstância assinadas por José Pedro Leite Cordeiro e Zalina Rolim.

A Cadeira nº 20, da Academia Paulista de Letras, que o tem como patrono, teve como primeiro ocupante Reinaldo Porchat; ocupou-a após a morte do grande jurista outro grande mestre do Direito, José Soares de Melo; ocupa-a atualmente Hernani Donato, romancista e historiador, uma das mais brilhantes figuras do sodalício do Largo do Arouche. 02-05-1992.

\*

## 249. MOISÉS GICOVATE

Em **Figuras de meu convívio**, de Fernando de Azevedo, página 163 da segunda edição, leio: “Ele sempre tinha o que dizer e sabia dizer o que realmente interessava aos leitores. Pensamento alto e livre, expresso em forma clara, embora um pouco exuberante, adequado aos assuntos de que tratava. Se lhe escasseava por vezes o senso da medida, nunca ou muito raramente lhe faltou o da oportunidade. Costumava ir direto aos assuntos e problemas que mais preocupavam o público a que se dirigia, sempre alerta e exigente”.

Este pequeno excerto de um extenso perfil traçado pelo mestre define de forma bem clara o escritor, cujo falecimento ocorrido em fins de abril, privou São Paulo e o Brasil de um dos seus grandes valores. Moisés Gicovate era fluminense de Niterói, onde nasceu aos 6 de março de 1912, mas foi na vizinha Rio de Janeiro, então Capital Federal, que realizou sua formação e iniciou sua vida profissional, a princípio no Colégio Pedro II e, depois, no Museu Nacional.

Como professor de geografia, pode ser considerado um dos pioneiros da renovação didática e metodológica do ensino da matéria, com seus primeiros livros publicados no final da década de 30. Alguns cursos especializados que realizou permitiram-lhe desenvolver excelente trabalho no Museu Nacional, onde conviveu com Raimundo Lopes, Roquette Pinto e Heloisa Alberto Torres.

Além dos livros didáticos, infelizmente não renovados face aos novos programas oficiais, deixou diversas obras, especialmente biografias com o caráter de divulgação, mas uma divulgação atendendo bem ao lema de conceituada editora francesa: “Vulgariser sans abaisser”. Assim, biografou a Joaquim Nabuco, a Lima Barreto e a Euclides da Cunha, entre outros, volumes cômodos e elegantes, de responsabilidade das Edições Melhoramentos. Interessado igualmente em geopolítica, deixou trabalhos importantes, dos quais, um, verdadeiramente modelar, sobre Brasília e sua função geopolítica.

Euclidianiano convicto e dedicado, durante muitos anos participou ativamente das “Semanas” com que São José do Rio Pardo evoca, todos os anos, a memória de Euclides da Cunha. E sobre o autor de “Os Sertões” muito escreveu, analisando-lhe a obra, particularmente nos seus aspectos geográficos. E nem poderia deixar de ser Euclides da Cunha o seu patrono na Academia Paulista de História, para a qual ingressou na vaga de outro grande eucliciano, o saudoso Leonardo Arroyo...

Desde que se vinculou ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo revelou-se Moisés Gicovate extremamente dedicado à quase centenária instituição da rua Benjamin Constant, inclusive integrando sua diretoria e, o que é mais significativo, colaborando assiduamente na prestigiosa revista editada pelo sodalício. Ainda há pouco, o último número distribuído inseria extenso trabalho de sua lavra sobre Maimônides, filósofo e teólogo judeu do século XII, o que demonstra a versatilidade de suas preocupações culturais. Aliás, diga-se de passagem, a cultura judaica foi sempre um dos seus campos de interesse, como o demonstrou em cursos ou escritos para importante instituição israelita de São Paulo.

Nosso relacionamento remontava há mais de meio século, o que vale dizer desde quando se radicou em São Paulo. Acompanhei com o maior interesse sua trajetória em atividades profissionais e culturais, notadamente depois que o convívio no Instituto Histórico e na Academia de História propiciou maior freqüência aos nossos encontros.

Retorno ao perfil de Fernando de Azevedo: “Pelo que acumulou de experiência e conhecimento dos homens, em suas relações sociais e

profissionais, será para todos uma decepção se não aproveitar, em um ou mais volumes, o que viu e observou nos ásperos caminhos da vida. Livro de memórias, que é o que dele todos esperamos”. Lamentavelmente, sua vida encerrou-se sem que se cumprisse o vaticínio de Fernando de Azevedo. Mas, se não escreveu “memórias”, ficará sempre na “memória” dos que com ele conviveram. 16-05-1992.

\*

## 250. MARIO DONATO

Pela mesma ocasião do falecimento de Moisés Gicovate, de quem me ocupei em nota anterior, viu-se novamente São Paulo privado de um dos seus grandes valores culturais, no mundo das letras. Refiro-me ao acadêmico Mário Donato, que faleceu quase às vésperas de completar os 77 anos de sua profícua e movimentada existência.

Mário Donato era campineiro, nascido a 29 de abril de 1915, mas, indo muito jovem para São Paulo, foi na Capital que transcorreu toda a sua vida, marcada por momentos muito significantivos e prenhe de excelentes realizações como jornalista, contista, romancista, crítico literário, comentarista político, tradutor, autor de livros infantis, e ainda diretor de entidades culturais de diversa natureza, de tudo resultando assaz valiosa contribuição às letras de nossa terra. Pertencia desde 1977 à Academia Paulista de Letras, eleito para a sucessão de José Geraldo Vieira, em cadeira ocupada anteriormente por Pedro de Toledo e Monteiro Lobato. Muito dedicado à Academia, integrou sua diretoria em mais de uma ocasião e teve a seu cargo a publicação da conceituada revista editada pela entidade.

Mário Donato estreou nas letras com o poema **Terra**, em 1938, depois de larga colaboração em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, notadamente em “O Estado de S. Paulo”, na antiga “Folha da Manhã” e no saudoso “Correio da Manhã”, da antiga Capital Federal. Adquiriu renome nacional com o romance **Presença de Anita**, de 1948, ao qual se seguiram **Galatéia** e o **Fantasma** (1951), **Madrugada sem Deus** (1954), **Domingo com Cristina** (1962), **Tietê Barbosa** (1976), **Partidas Dobradas** e a novela juvenil **Tiro de Guerra** (ambos de 1978). Presidiu a Associação Brasileira de Escritores (seção de São Paulo), a União Brasileira de Escritores e a Associação Profissional dos Escritores do Estado de São Paulo. Dirigiu a revista “Cespaulista”, órgão da CESP, Companhia Energética de São Paulo.

Embora seu leitor razoavelmente assíduo desde os tempos em que fazia crítica de livros em “O Estado de S. Paulo” (isto lá por 1940), foi só em 1958 que tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, em Campinas, por ocasião de uma conferência por ele proferida no Centro de Ciências, Letras e Artes. Com ele, na ocasião, outro excelente amigo, o saudoso Ruy Bloem, filho de um campineiro ilustre, Antero Bloem (o poeta do **Cristo de Marfim**). Ruy fora o primeiro secretário da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cargo no qual tive o privilégio de suceder-lhe a partir de 1947 e que ainda ocupava por ocasião do encontro de Campinas. Mas, os encontros com Mário Donato foram raros. Compareci à sua posse na Academia Paulista de Letras, porém foi só depois que para ela também ingressei que nosso convívio se amiudou. Assíduo e indispensável nos agradáveis “papos” que se seguiam à sessões da Academia, tinha sempre o que contar, resultado de sua longa vivência com o mundo intelectual da terra paulistana.

Por coincidência, no mesmo dia em que tive conhecimento de sua morte, havia, momentos antes, encontrado em meus recortes de jornais velhos um seu artigo, magnífico, sobre a **Viagem à Província de São Paulo**, de Saint-Hilaire, que naquele mesmo ano (1940) fora publicada por Martins, em tradução de Rubens Borba de Moraes. Apreciação realmente modelar do grande livro, demonstrativa do cuidado e do critério com que Mário Donato desempenhava seu “métier” de crítico literário.\*

Uma das nossas últimas conversas, pouco antes de agravar-se seu estado de saúde, versou sobre Otoniel Mota, a quem tivemos o privilégio de bem conhecer. Se a memória não me falha, Mário Donato, que era de família protestante, foi batizado por Otoniel, então pastor da Igreja Presbiteriana Independente de Campinas, mesma igreja que minha família, igualmente protestante, também freqüentava. Daí, as boas recordações que ambos guardamos do grande mestre da língua. 23-05-1992.

## 251. AMIGO DE CAMÕES, AUTOR DE UMA HISTÓRIA DO BRASIL

O primeiro livro publicado sobre o Brasil a merecer o título de “História” foi o de Pero de Magalhães Gandavo, impresso em Lisboa, em 1576. Intitulava-se **História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. De seu autor pouco se sabe, ignorando-se mesmo das

(\*) A crítica ao livro de Saint-Hilaire, aqui mencionada, encontra-se reproduzida neste mesmo fascículo.

datas de nascimento e morte. Provavelmente de ascendência flamenga, como o sugere o seu nome (proviria de Gand), esteve no Brasil não se pode precisar exatamente quando, mas ao que parece numa época que coincide com a de Mem de Sá, terceiro governador geral. A conjectura, aliás bem plausível, é de Capistrano de Abreu, o primeiro a valorizar-lhe a obra, no prefácio que escreveu para a edição da Academia Brasileira de Letras. Passava por exímio humanista e latinista e foi amigo de Camões. Já houve quem, ironicamente, dissesse que este foi o seu maior título... Não bastaria isto para imortalizá-lo? pergunta João Etienne Filho, responsável por uma recente edição de sua obra.

Além da **História**, Gandavo escreveu também um Tratado sobre o Brasil, do qual se conhecem duas versões, uma, intitulada **Tratado da Terra do Brasil**, e a outra, **Tratado da Província do Brasil**. Ao que parece, esta é uma revisão ampliada da primeira, e permaneceu inédita até 1965, quando o Instituto Nacional do Livro a editou, com eruditos comentários de Emanuel Pereira Filho, numa edição fac-similar de original existente no Museu Britânico. Quanto à versão primitiva do **Tratado**, também não foi publicada em vida do autor, só vindo a público pela primeira vez em 1826.

Dizia Capistrano no prefácio à edição da Academia Brasileira, que a história de Gandavo é mais natural que civil, preocupando-se na maior parte em descrever a terra ou, melhor, o que se podia saber dela naquela época. Com efeito, o que realmente se teria a escrever em meados do século XVI sobre a “terra Santa Cruz pouco sabida”, mas cuja “breve história Magalhães teve tecida” (para recordar os versos com que Camões saudou o livro de seu amigo), não era de fato muita coisa, donde a mistura de informações históricas com descrições naturais da terra, o que constitui um traço comum da historiografia primitiva. O problema não é só de Gandavo, mas de todos os que escreveram histórias dos países descobertos e colonizados pelos europeus.

Os analistas da obra de Gandavo atribuem-lhe um certo caráter de propaganda do Brasil, capaz de interessar a quantos pretendessem vir para o nosso país. Daí, a preocupação em mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la.

O fato de tanto a **História** como o **Tratado** serem de pequenas dimensões, facilitou, pelo menos em três edições, a publicação dos dois trabalhos num só volume. Assim, a edição da Academia Brasileira, de 1924, com prefácio de Capistrano de Abreu e notas de Afrânio Peixoto e Rodolfo Garcia; depois, a edição da antiga Editora Obelisco, de São Paulo, de 1964,



praticamente uma reprodução de anterior, tendo a mais apenas uma “nota preliminar” de Brasil Bandecchi, diertor da coleção “Cadernos de História”, na qual foi incluída; e, mais recente, a edição da Itatiaia de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a preciosa coleção “Reconquista do Brasil”, também baseada na edição da Academia Brasileira, trazendo apresentação, nas “orelhas” das capas, de João Etienne Filho.

Fora estas, registre-se a edição de Assis Cintra (só da História), num volume de 1921, com o significativo título **Nossa Primeira História**; e quanto ao Tratado a já mencionada edição de 1965, do Instituto Nacional do Livro. Convém lembrar que a primeira edição de Gandavo no Brasil (da História), apareceu não em livro, mas nas páginas da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Isto em 1858. 18-7-1992.

\*

## 252. GRANDE EVENTO EM POÇOS DE CALDAS

A vida de Poços de Caldas foi assinalada, no início do mês passado, com algo de profundamente significativo, capaz de marcar de maneira indelével a crônica da bela cidade: a inauguração de uma “Casa de Cultura”, esplêndida realização do Instituto Moreira Sales, que para tanto, restaurou um dos lindos “chalés” construídos em fins do século passado e que tanto marcaram, na época, a paisagem urbana de Poços de Caldas, e, ao mesmo tempo, construiu belo e confortável edifício para abrigar as atividades planejadas e que, naturalmente, não caberiam no velho solar de Cristiano Osório.

Moreira Sales - seria desnecessário lembrá-lo - é nome vinculado a Poços de Caldas. Aí, em 1924, fundou-se na antiga rua Paraná esquina com a antiga rua da Bahia, a Casa Bancaria Moreira Salles, que, anos depois, transformou-se no Banco Moreira Salles, origem de uma das mais poderosas organizações bancárias do País, o Unibanco. (Uso o termo “antigas” para as duas ruas, porque tiveram elas seus nomes alterados, respectivamente, para Assis Figueiredo e Prefeito Chagas, dois ilustres governadores da cidade).

Embora a poderosa organização tenha hoje sua sede na capital paulista, os Moreira Salles continuam vinculados a Poços de Caldas, e agora mais do que nunca, com esta grandiosa e oportuna realização, que contou,

desde o início, com o apoio de expressivos nomes da intelectualidade brasileira, que não regatearam sua colaboração, constituindo o Conselho Consultivo da Entidade: Antônio Cândido de Mello e Souza, Otto Lara Rezende, Jurandir Ferreira, Francisco Iglésias, Pérsio Árida e João Moreira Sales, nomes que constituem uma garantia para que se possa confiar no empreendimento que vem de ser inaugurado.

Um destaque, no Conselho, para a veneranda figura de Jurandir Ferreira, poços-caldense há quase noventa anos, o maior conhecedor da história e da vida da cidade (pois dela nunca saiu a não ser por pequenos períodos), ao lado de Antônio Cândido, uma das mais expressivas figuras da inteligência brasileira e que viveu em Poços de Caldas alguns anos de sua adolescência, mas que, mesmo ausente, nunca se desvinculou da cidade, visitando-a freqüentemente e nela tendo até há pouco residência. O abraçar os dois grandes amigos na festiva noite de 8 de agosto foi, sem dúvida, uma das ocorrências mais felizes da vida do autor deste modesto rabisco.

E complementando a festa da inauguração, o lançamento, na manhã seguinte, dos primeiros livros editados pela nova Entidade, alguns em convênio com outras editoras: **Da quieta substância dos dias**, deliciosas crônicas de Jurandir Ferreira sobre Poços de Caldas, com prefácio de Antônio Cândido; **O destino da rapaziada**, de Humberto Werneck, sobre jornalistas e escritores de Minas Gerais; a **Correspondência de uma estação de cura**, reedição do famoso livro de João do Rio, ambientado em Poços de Caldas, publicado em 1918 e agora com excelente estudo introdutório de Antônio Cândido; uma outra reedição de João do Rio, **A profissão de Jacques Pedreira**; e **Dentro do texto, dentro da vida**, reunião de ensaios sobre Antônio Cândido, por 30 autores, apresentados originalmente em uma "Jornada de Ciências Sociais", realizada no "campus" de Marília, da Unesp, constituindo excelente perfil do grande mestre da crítica e da teoria da literatura. Além disto, exposições culturais da mais variada natureza. Enfim, tudo que nos anima e nos faz esperar por novas e grandes realizações. 5-9-1992.